

COTAS RACIAIS, NÃO! COTAS ASSOCIADAS AO NÍVEL DE RENDA, SIM

Elizabeth Balbachevsky

Professora Associada da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP

Antes de mais nada, eu não me oponho ao sistema de cotas em si, mas me oponho a vincular esse sistema de cotas à identidade racial do candidato. Sou francamente favorável à existência de cotas associadas ao nível de renda da família do estudante. Realmente não consigo entender por que um jovem branco pobre deve concorrer em desvantagem em relação ao seu colega que tem a pele mais escura. Do ponto de vista do capital social e de sua herança cultural, ambos estão enfrentando as mesmas desvantagens: ambos são filhos de famílias sem experiência escolar prévia, ambos tiveram pouco acesso a todas as fontes de cultura, etc etc.... Então, qual a razão para discriminar contra um dos dois jovens simplesmente porque ele tem uma pele mais clara do que o outro? Ou você acredita que não há brancos pobres no Brasil?

Se é verdade que a renda está associada a diferentes grupos raciais, essa associação está longe de ser absoluta. E não vejo razão para punir uma pessoa de origem humilde simplesmente porque ela não tem a coloração de pele esperada!

Ademais, ao contrário da experiência passada da sociedade americana ou de algumas ex-colônias européias, o sistema de acesso à universidade pública no Brasil é desde há muito tempo **cego** em relação à origem racial dos candidatos. A sistemática de seleção de ingresso no sistema americano é (e sempre foi) bastante qualitativa, considerando diversas informações do candidato: histórico escolar, atividades extracurriculares, envolvimento com atividades sociais, desempenho esportivo, e, inclusive, em muitos casos, o resultado de uma entrevista pessoal. Ora, em processos dessa natureza existem amplas oportunidades para que con-

siderações “raciais” acabem sendo incorporadas, discriminando contra determinados grupos étnicos etc. Numa situação dessas, a proposta de cotas raciais nos anos 1960 tinha sentido e relevância. Mas esse não é o caso do Brasil: no vestibular, mesmo quando há correção manual das provas, o candidato é um número, nada mais. Num processo assim, em que momento entra a discriminação de base racial propriamente dita?

Há, evidentemente, situações de desvantagem decorrentes da baixa qualidade da média do ensino público, associadas ao baixo nível cultural das famílias. Mas essas desvantagens estão presentes para toda a população de baixa renda. E é aí, nesse indicador, que um sistema de cotas pode ser incorporado sem criar maiores tensões sobre o processo de seleção e para a sociedade em geral, numa política que seria percebida como razoável por todos.

“Não consigo entender por que um jovem branco pobre deve concorrer em desvantagem em relação ao seu colega que tem a pele mais escura. Do ponto de vista do capital social e da herança cultural, ambos estão enfrentando as mesmas desvantagens: são filhos de famílias sem experiência escolar prévia, ambos tiveram pouco acesso às fontes de cultura. Não vejo razão para punir uma pessoa de origem humilde simplesmente porque ela não tem a coloração de pele esperada!”

Cotas associadas à raça introduzem, inevitavelmente, novas tensões sociais, sem serem necessariamente mais justas. Em primeiro lugar porque não há como definir objetivamente a identidade racial da pessoa. A raça é uma identidade cultural, nada mais do que isso. Em **todas** as sociedades é impossível estabelecer onde, precisamente, deve se situar a linha de corte que separa um grupo do outro. E isso mesmo nos países onde essa identidade é bastante disseminada socialmente. Veja o excelente artigo de Browker e Star, de 2001, para visualizar a extensão da violência dessa classificação quando tornada oficial, mesmo em sociedades onde essa identidade era bastante arraigada, como era o caso da África do Sul pré-apartheid (Browker, G.C. e Star, S.L. “The case of race classification and reclassification under apartheid” in *Sorting things out: classification and its conse-*

quences. Cambridge: The MIT Press, 2001, pp. 195-226).

A própria introdução da classificação racial forçada no secundário feita no Brasil já é uma violência: o jovem é obrigado a escolher entre se classificar como branco, negro, pardo ou amarelo... onde fica a identidade

“Minha impressão é de que o racismo aberto tem crescido na sociedade brasileira, especialmente entre os mais jovens... e não tenho certeza de que esse ‘endurecimento’ da questão racial será sem conseqüências para nossa sociedade”

dos mestiços? Onde se classificará o meu sobrinho, neto de japoneses e europeus? Estamos impondo a todas as crianças que vivem essa situação a opção forçada por uma identidade em detrimento das outras apenas por conta de uma classificação tosca criada pelo MEC!!!!?? A troca de quê???

Simplesmente deixar a solução por conta da autoidentidade não resolve o problema. É evidente que essa solução cria espaço para oportunismos que desmoralizariam o sistema, além de deixar brechas evidentes que podem ser questionadas na justiça. A solução será qual? Um tribunal de pureza racial como o implantado pela Universidade de Brasília?

É possível que a introdução dessas cotas tenha acirrado as tensões raciais e o racismo no Brasil. Na verdade não foi feito nenhum estudo sério a esse respeito, por isso não sei se a introdução desse debate foi tão *light* como querem os defensores da

política de cotas raciais (que, sintomaticamente, se opõem fortemente à proposta de cotas por critério sócio-econômico). Minha impressão é de que o racismo aberto tem crescido na sociedade brasileira, especialmente entre os mais jovens... e não tenho certeza de que esse “endurecimento” da questão racial será sem consequências para nossa sociedade.

Por fim, a inclusão de grupos culturalmente desfavorecidos cria problemas para instituições acostumadas a trabalhar com jovens egressos de famílias culturalmente favorecidas. Essa é uma experiência universal que, em todos os países, levou as grandes instituições de ensino superior a desenvolverem extensos serviços de apoio ao estudante. Esse fenômeno pode ser percebido em *todos os países* que passaram por processos intensos de inclusão social: Grã-Bratânia, França, Finlândia, Estados Unidos, Malásia, Singapura, para citar apenas alguns.

Não é possível que um jovem com tantas deficiências de formação escolar e com defasagens culturais múltiplas, como o estudante médio do ensino público, não enfrente dificuldades em um ambiente escolar exigente. Não há boa vontade que supere a falta de familiaridade com a língua culta, problemas de alfabetização etc. Esse fato de maneira alguma compromete a qualidade do ensino. Apenas cria a exigência de que a universidade devote mais atenção, esforço, boa vontade e uma política séria de apoio para esses estudantes.

Agora, se esses problemas não estão sendo percebidos no Brasil, então precisamos olhar com mais atenção o perfil do aluno que está



sendo selecionado através dos mecanismos de cota: é possível que, em média, esses mecanismos — justamente porque não estão associados ao critério básico de renda familiar — estejam selecionando os melhores e mais bem aquinhoados dos grupos que a princípio gostaríamos de alcan-

çar: alunos egressos de boas escolas públicas, com suficiente apoio familiar para pagar cursinhos pré-vestibulares, etc. Pessoas que têm todo o direito de competir por uma vaga na universidade pública, mas que não são o alvo que o sistema de cotas pretende beneficiar.